

Srs. Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

| Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2012 - (Em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|------------------|----------------|---------------|
| | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 72.134 | 10.824 |
| Contas a receber - partes relacionadas | 13 | - | 24 |
| Impostos a recuperar | | 51 | - |
| Antecipamentos e outras contas a receber | | 239 | - |
| Total do ativo circulante | | 72.424 | 10.848 |
| Não circulante | | | |
| Cauções | 7 | 75 | 75 |
| Imobilizado | 8 | 62.530 | 3.489 |
| Total do ativo não circulante | | 62.605 | 3.564 |
| Total do Ativo | | 135.029 | 14.412 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|----------------|----------------------|----------|
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total |
| Saldos em 31/12/2010 | 1.888 | (1.856) | 32 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (1.500) | (1.500) |
| Aumento de capital | 14.000 | - | 14.000 |
| Redução de capital com absorção de prejuízos | (1.863) | 1.863 | - |
| Saldos em 31/12/2011 | 14.025 | (1.493) | 12.532 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | (14.834) | (14.834) |
| Aumento de capital | 78.475 | - | 78.475 |
| Saldos em 31/12/2012 | 92.500 | (16.327) | 76.173 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R\$, US\$ e Iene, exceto quando indicado de outra forma) | | | |
|--|--|--|--|
|--|--|--|--|

1. Contexto Operacional: A Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A. ("Companhia") foi constituída em 9 de agosto de 2000 como Sociedade Limitada e, em 29 de setembro de 2011, foi convertida em Sociedade Anônima, com sede na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na rua Argentina, nº 13, quadra B-1, lote 14, Jardim América. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (a) a importação, a fabricação e a montagem de escavadeiras, seus componentes e peças, tais como aquelas projetadas e fabricadas nos Estados Unidos da América ou comercializadas pela Deere-Hitachi Construction Machinery Corporation; e (b) a comercialização, exclusivamente no Brasil e em outros países das Américas Central e do Sul, de escavadeiras e peças de reparo produzidas, montadas ou compradas pela Companhia. A Companhia foi constituída sob a forma de "joint venture" tendo seu controle compartilhado entre a John-Deere Brasil Ltda., sociedade brasileira constituída por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Engenheiro Jorge Antônio Dahne Logemann, nº 600, Bairro Industrial e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 89.674.782/0001-58 e a Hitachi Construction Machinery Co. Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, com sede na Cidade de Tóquio, 5-1, Koraku 2-chome, Bunkyo-ku 112-8563, Japão, inscrita no CNPJ sob o nº 14.486.221/0001-26. Por encontrar-se em fase pré-operacional, a Companhia não possui histórico operacional aqui no Brasil, ou de negócios que possam fornecer uma base para avaliação de suas perspectivas futuras, sendo dependente do suporte financeiro contínuo de seus acionistas de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e início das operações, além da identificação de oportunidades no setor que possam promover o retorno financeiro esperado. A Companhia encontra-se devidamente instalada em seu escritório administrativo temporário na cidade de Indaiatuba - SP até o término da construção da fábrica na mesma cidade. O prejuízo do exercício foi gerado principalmente pelas despesas relacionadas ao planejamento para o início da produção ao final de 2013; tais despesas são relacionadas a qualificação de fornecedores, controle de qualidade dos produtos a serem utilizados na produção, especificações de design e serviços de suporte que estarão funcionando adequadamente quando as operações se iniciarem. Todas as despesas relacionadas à construção da fábrica foram capitalizadas. Quando houve dúvidas sobre quais categorias tais custos estão relacionados (construção da fábrica ou planejamento de produção futura), os custos são registrados no resultado do exercício. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRSs, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. O pronunciamento técnico CPC 22 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade e que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do início efetivo das operações. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: a) Ajuste do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem depósitos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata (vencimentos originais inferiores a 90 dias) e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. c) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: Ativos financeiros: Créditos a receber - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo e que não tenham sido, em seu reconhecimento inicial, designados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, nem disponíveis para venda. Ativos classificados nessa categoria são mensurados pelo custo amortizado. Passivos financeiros: Fornecedores - são os passivos financeiros resultantes de atividades de financiamento da operação. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequen-

temente mensurados pelo custo amortizado. (i) Instrumentos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os instrumentos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. (ii) Valor justo de instrumentos financeiros - O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base na cotação dos mesmos instrumentos financeiros observados em mercado. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, este é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. d) Imobilizado - O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados. Os ativos que ainda não estão prontos para operação são registrados como imobilizações em andamento. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos somente irá se iniciar quando eles estiverem prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. e) Outros ativos circulantes - São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment") - É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". g) Passivos circulantes - São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) Provisões para riscos - As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando-se da taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. i) Moeda funcional - A moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. j) Imposto de renda e contribuição social - A Companhia é tributada com base no lucro real. Nesse método de tributação, o lucro tributável é apurado a partir do lucro contábil obtido na demonstração do resultado do exercício ajustado pelas adições e exclusões aplicáveis de acordo com a legislação vigente. Os impostos que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - Income Tax), são o imposto de renda (Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ) e a contribuição social (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL). Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76 antes das alterações da Lei nº 11.638/07. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa são reconhecidos somente quando houver histórico de lucro tributável e probabilidade de que a Companhia irá apresentar lucro tributável futuro em um montante suficiente que possa ser utilizado. **5. Estimativas e Premissas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas premissas e estimativas contábeis e julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **5. Adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs) Novas e Revisadas:** A Companhia pretende adotar as novas normas, interpretações e alterações de normas existentes quando as mesmas entrarem em vigor e forem aplicáveis. A Companhia ainda não concluiu a mensuração dos efeitos da adoção das novas normas, interpretações e alteração, porém não espera que tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC: CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11); CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada); CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10); CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13).

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

| Norma | Principais exigências | Data de entrada em vigor |
|--|--|--|
| IFRS 9 - Instrumentos Financeiros | Classificação e Mensuração encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015. |
| IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas | A IFRS 10 estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10 substitui as exigências de consolidação da SIC-12 - Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 11 - Negócios em Conjunto | A IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e as obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. A IFRS 13 substitui a IAS 31 - Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 - Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas. A aplicação, como ainda não foi editada e aprovada pelo CPC no Brasil, não é permitida. Os principais efeitos decorrentes da adoção da IFRS 11 será o fim da consolidação proporcional. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades | A IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A aplicação antecipada, como ainda não foi editada e aprovada pelo CPC no Brasil, não é permitida. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo | Substitui e consolida todas as orientações e requisitos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento, nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011) | Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece na IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado | Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e "Joint Ventures", e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em "joint ventures", além do investimento em associadas. | Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |
| Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados | Eliminação do enfoque do "corredor" ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. | Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. |

| 6. Caixa e Equivalentes de Caixa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento: | | |
| Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A | 70.084 | - |
| Banco Bradesco | 2.050 | 10.824 |
| Total | 72.134 | 10.824 |

8. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

| | Terreno | Adiantamento para aquisição de imobilizado (a) | Imobilização em andamento (b) | Móveis e utensílios | Equipamentos e informática | Total |
|----------------------------------|---------|--|-------------------------------|---------------------|----------------------------|--------|
| Taxa anual de depreciação | - | - | - | 10% | 20% | - |
| Custo: | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | 9 | 1 | 10 |
| Adições | 2.691 | - | 782 | 16 | - | 3.489 |
| Baixas | - | - | - | (9) | (1) | (10) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 2.691 | - | 782 | 16 | - | 3.489 |
| Adições | 10.276 | 24.603 | 23.526 | 195 | - | 59.127 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 10.276 | 27.294 | 24.307 | 211 | - | 62.616 |
| Depreciação acumulada: | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | - | - | - | - | (5) | (5) |
| Eliminado na alienação de ativos | - | - | - | - | 5 | 5 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação acumulada | - | - | - | (17) | (69) | (86) |
| Eliminado na alienação de ativos | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | - | - | - | (17) | (69) | (86) |

Os saldos em bancos são mantidos em instituição financeira que possui classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. **7. Cauções:** O saldo de R\$75 (R\$75 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a depósito efetuado para garantir a locação do imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O valor será devolvido à Companhia no final do período de locação.

(a) Refere-se a adiantamento de R\$345.850 e US\$ 2.038 à empresas estabelecidas no exterior totalizando R\$ 12.542 e R\$8.184 a empresa nacionais, ambos para fins de aquisição de maquinários a serem utilizados no processo de produção de escavadeiras na planta da Companhia, e adicionalmente adiantamento concedido no valor de R\$6.568 a empresas nacionais para a construção da planta da Companhia. (b) Refere-se a gastos para o projeto de construção da planta da Companhia localizada na cidade de Indaiatuba e aquisição de maquinário a serem utilizados no processo de produção de escavadeiras. A Companhia assinou contratos para o projeto e obras civis da planta, que gerou um compromisso no valor total de R\$41.295 em 31 de dezembro de 2012, líquido do valor já registrado como imobilizado em andamento.

| Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|------------------|-----------------|----------------|
| | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 14 | (13.657) | (1.418) |
| Despesas tributárias | | (8) | (56) |
| Outras despesas operacionais | | (80) | (4) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro líquido | | (13.745) | (1.478) |
| Resultado financeiro líquido | | (1.089) | (22) |
| Prejuízo líquido do exercício | | (14.834) | (1.500) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|-----------------|----------------|--|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Prejuízo do exercício | (14.834) | (1.500) | |
| Outros resultados abrangentes | (14.834) | (1.500) | |
| Resultado abrangente total do exercício | (14.834) | (1.500) | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31/12/2012 (Em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|-----------------|----------------|--|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Prejuízo do exercício | (14.834) | (1.500) | |
| Outros resultados abrangentes | (14.834) | (1.500) | |
| Resultado abrangente total do exercício | (14.834) | (1.500) | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Quadro de acionistas - total de ações (em unidade) | | | |
|--|------------|------------|--|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Acionistas | | | |
| Deere-Hitachi Construction Machinery Corporation | 200 | 14.025.140 | |
| John Deere Brasil Participações Ltda. | 400 | 1 | |
| Hitachi Construction Machinery Co. Ltd. | 400 | - | |
| Total | 1.000 | 14.025.141 | |

9. Fornecedores: O saldo de R\$3.119 (R\$811 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e para aquisição dos maquinários e construção da planta da Companhia, sendo classificado como passivo circulante devido aos vencimentos serem inferiores a um ano. **10. Patrimônio Líquido:** a) Capital social - Em 10 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital social de R\$14.025 para R\$ 92.500, mediante a emissão de 78.474.859 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 por ação. Foi aprovado ainda o grupamento da totalidade das 92.500.000 ações ordinárias em que se divide o capital da companhia em um proporcional de 92.500 ações de 1 (uma) ação, sendo assim o capital passa a ser representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 92.500 (R\$ 14.025 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 1.000 (14.025.141 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Quadro de acionistas - total de ações (em unidade)**

Acionistas

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|--|------------|------------|
| Deere-Hitachi Construction Machinery Corporation | 200 | 14.025.140 |
| John Deere Brasil Participações Ltda. | 400 | 1 |
| Hitachi Construction Machinery Co. Ltd. | 400 | - |
| Total | 1.000 | 14.025.141 |

b) Reserva legal - A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. c) Dividendos - Compete à Assembleia Geral: (i) declarar dividendos intermediários às contas "Lucros acumulados" ou "Reservas de lucros" existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituída as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, a distribuição dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista na §4º desse mesmo artigo. A Companhia registrou o capital estrangeiro com o Banco Central do Brasil, e em 31 de dezembro de 2012 o valor registrado é de US\$32.147, o que representa uma participação de 60%. **11. Instrumentos Financeiros:** a) Considerações gerais e políticas - A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações de recursos realizadas pela Companhia. b) Valor justo - Em 31 de dezembro de 2012 os saldos contábeis aproximam-se dos valores de mercado. c) Gerenciamento de riscos de obrigações a longo prazo - Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito, liquidez e taxa de câmbio. Nesse contexto, a Companhia possui ativos e passivos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições a estes. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. d) Fatores de riscos financeiros - No atual estágio de operação, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de moeda). O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. d.1) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de honrar seus compromissos, como meio de mitigar o risco de perda financeira. Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$27.294 (R\$2.691 em 31 de dezembro de 2011) e são decorrentes das operações de adiantamento para aquisição de maquinários e construção da Fábrica. d.2) Riscos de liquidez - A gestão do risco de liquidez implica manter caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar todos os compromissos assumidos pela Companhia. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às obrigações assumidas com terceiros. d.3) Risco cambial - Foi implantada uma política para proteger a Companhia do risco da oscilação cambial de moedas estrangeiras, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial). Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem

13. Partes Relacionadas: a. Considerações - As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira. b. Transações entre partes relacionadas - Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período

| | Contas a receber - partes relacionadas | Fornecedores - partes relacionadas (I) | Empréstimos - partes relacionadas (II) | Despesas |
|--|--|--|--|----------|
| John Deere Brasil Ltda. | - | 10.121 | - | 2.235 |
| Deere-Hitachi Construction Machinery Co. | - | 2.204 | 41.941 | 1.708 |
| Total | - | 12.325 | 41.941 | 3.943 |

| | Contas a receber - partes relacionadas | Fornecedores - partes relacionadas (I) | Empréstimos - partes relacionadas (II) | Despesas |
|--|--|--|--|----------|
| John Deere Brasil Ltda. | 24 | 329 | - | 329 |
| Deere-Hitachi Construction Machinery Co. | 24 | 454 | - | 454 |
| Total | 48 | 783 | - | 783 |

(i) Em 31 de dezembro de 2012 o valor devido a partes relacionadas se refere principalmente à compra do terreno e melhorias na área onde a fábrica está sendo construída, no valor de R\$9.995. (ii) Empréstimo obtido de parte relacionada no valor de US\$ 20.000, incidem juros anuais de 5,82% (taxa sem impostos) sobre o saldo de empréstimo em aberto. O vencimento se dará em uma única parcela em 26 de dezembro de 2014. Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia contratou uma operação de derivativo com o objetivo de proteger o contrato de empréstimo mencionado acima, fixando uma taxa de dólar futuro de R\$2,358 para US\$1 em 26 de dezembro de 2014. O empréstimo foi obtido com o objetivo de ser utilizado na construção da nova fábrica e em seus arredores, e desta forma os juros e variações na taxa de câmbio serão capitalizados de acordo com as normas emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) Controlador e pessoal-chave - A Companhia tem o controle compartilhado entre a John-Deere Brasil Ltda. e a Hitachi Construction Machinery Co. Ltd., conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada em Assembleia Geral considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Remuneração dos Administradores | 1.285 | 117 |

16. Seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2012, é assim demonstrada:

| Item | Tipo de cobertura | Importância Segurada | Data devigência |
|--|---|----------------------|--------------------------------------|
| Responsabilidade Civil Geral | Obras civis e/ou Serviços de instalação e montagem, erro de projeto, poluição súbita, circulação de equipamentos e danos morais. | R\$15.000 | De outubro de 2012 a agosto de 2013 |
| Responsabilidade Civil Administradores | Danos morais, responsabilidades fiscais, proteção de imagem pessoal, erros e omissões. | R\$3.434 | De fevereiro de 2012 a junho de 2013 |
| Risco de Engenharia | Obras civis em construção, instalação e montagem, erro de projeto, equipamentos móveis ou estacionários utilizados na obra, manutenção ampla, propriedades circunvizinhas com fundação. | R\$ 69.800 | De agosto de 2012 a agosto de 2013 |

<